



MEMÓRIAS DE UMA ALUNA DEFICIENTE VISUAL – UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Herline Sousa Chagas¹
Juliana Pereira Cagni²
Laiane da Silva Ferreira³
Revana Rodrigues Pereira⁴

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento Práticas pedagógicas com alunos público-alvo da Educação Especial

RESUMO

Este artigo é resultado de uma análise realizada na disciplina de núcleo, educação de pessoas cegas e baixa visão. Foi tomado como corpus para análise o trabalho de conclusão de curso de Silva (2015), formada em pedagogia, a discente relata em seu trabalho as dificuldades enfrentadas por ela ao longo do processo de ensino aprendizagem, desde a escola primária até a universidade. O objetivo deste é realizar uma análise entre o trabalho de Silva (2015) e as publicações de Anjos *et al.* (2013); Campos (2002) e Ferreira (2007), identificando as práticas pedagógicas ao longo da narrativa da autora, as concepções de deficiência e as influências da primeira e da segunda sobre o aprendizado da aluna. As conclusões acerca da análise evidenciam uma visão distorcida acerca da pessoa em situação de deficiência, demonstram ainda que esta visão segrega onde o lema diz dever incluir, ou na melhor das hipóteses agrega minimamente onde a inclusão deveria ser prioridade.

Palavras-chave: 1. Inclusão. 2 Práticas pedagógicas. 3. Relato de experiência

1. INTRODUÇÃO

Herline Sousa Chagas. Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, (FACED/UNIFESSPA), E-mail: herlliny-sc15@hotmail.com

Juliana Pereira Cagni. Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, (FACED/UNIFESSPA), E-mail: jucagnigomes98@gmail.com

Laiane da Silva Ferreira. Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, (FACED/UNIFESSPA), E-mail: Laiferreira12@gmail.com

Revana Rodrigues Pereira. Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, (FACED/UNIFESSPA), E-mail: Revana337@gmail.com



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



A inclusão de alunos com deficiência é tema de muitos artigos e palestras e ainda assim continua sendo um desafio à efetivação desta prática. Incluir excede a prática agregativa utilizada em muitas redes de ensino, que tomam o ato de agregar como prática efetiva de inclusão. Este trabalho é resultado das atividades do Núcleo Eletivo de Educação Especial da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) sendo produzido na disciplina Educação de pessoas cegas e com baixa visão desenvolvida no referido núcleo.

O objetivo desta pesquisa é analisar as memórias da educação básica de Silva (2015), graduada em pedagogia na UNIFESSPA, na qual narra, no seu trabalho de conclusão de curso, as suas primeiras aproximações com a deficiência e as dificuldades enfrentadas por ela como aluna deficiente visual ao longo da sua carreira escolar e acadêmica. Silva (2015) dá ênfase aos desafios impostos por outros que ela teve que superar para alcançar os seus objetivos. Para relacionar com as narrativas de memória de Silva (2015) será usado o texto de Campos (2002) que analisa os elementos cognitivos e histórico-culturais para pensar a prática inclusiva da criança com deficiência visual.

Este artigo expõe, através das narrativas de Silva (2015), algumas das muitas dificuldades enfrentadas por ela ao longo de sua história escolar e acadêmica. Os infortúnios enfrentados pelo deficiente visual em um meio que agrega, mas, em muitos aspectos, não inclui.

Serão aqui analisadas as narrativas de Silva (2015) encontradas no tópico 3 de seu trabalho de conclusão de curso que traz suas memórias da educação básica e as analisa em três diferentes categorias. As divisões feitas pela própria autora são: 1- Primeiras aproximações com a deficiência. 2- Concepções de deficiência. 3- Práticas pedagógicas. Estas categorias serão analisadas na ordem determinada no trabalho pela própria autora que narra também o encontro com pessoas que conseguem enxergar além da deficiência e ver o outro como sujeito protagonista da sua própria história.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

Para realização deste foram utilizados dispositivos analíticos que possibilitaram o paralelo entre o relato dado por Silva (2015) e os autores estudados. Após foram feitas o estudo do corpus deste trabalho relacionando com as publicações através de quadros de análises que por fim geraram categorias que analisadas separadamente formam o corpus deste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM A DEFICIÊNCIA

Na categoria, *primeiras aproximações com a deficiência* Silva (2015) narra o seu primeiro contato com a deficiência e sua reabilitação a novos métodos de aprendizado. Inicia sua narrativa expondo que embora tenha tido na família um caso de perda da visão, a experiência foi completamente nova para ela que no início não contou nada para ninguém, até uma professora perceber e solicitar um exame de vista para compreender os resultados negativos de desempenho de seu aprendizado. Silva (2015, p.25) destaca que a principal mudança que fez com que ela assumisse a condição de deficiente visual, foi à experiência de ocupação de espaços físicos no mundo, tornando mais difícil a adaptação e adequação das mudanças corporais e psicológicas.

Segundo Campos (2002) cabe à escola

[...] Garantir que a criança com deficiência visual possa brincar, aprender, desenvolver-se, como qualquer outra até conseguir autonomia de produzir, criar e também exercer sua própria cidadania. Tudo isso pode ser chamado apenas por resgate da dignidade humana. (p.25)

Ou seja, possibilitar ao aluno as condições necessárias para que este aprenda e interaja como qualquer outra criança, sendo ele com ou sem deficiência. A escola deve possibilitar um ambiente que garanta a igualdade nas diferenças, garantindo o direito de igualdade na educação, não possibilitando que condições físicas, cognitivas ou de qualquer outro caráter se ultrapassem a este direito. Sem negar o diagnóstico médico, mas, também, sem permitir que este determine quem é

o sujeito e o rotule como incapaz. Silva (2015) destaca em sua narrativa o impacto e as mudanças que este causou na sua vida.

O diagnóstico médico também é uma das marcas que reforçam o impedimento ou as limitações de continuar o processo, causando interferência na minha história de vida. [...] A questão do diagnóstico é muito forte, inclusive apresentada como uma cobrança prévia para trabalhar com o aluno deficiente. (p.26)

Corroborando com este pensamento, Campos (2002) relata que uma escola ainda que tenha boas intenções rotula o aluno com deficiência como um sujeito sem capacidade de produção autônoma. A autora destaca que não é o caso de desconsiderar o diagnóstico e recusar o seu valor, mas usá-los de forma a não se tornarem “marcadores de identidade” da criança com deficiência. Se for possibilitada a criança com deficiência (seja ela qual for) oportunidades de aprendizado e condições para que tal ocorra de forma espontânea, ela aprenderá como qualquer criança pode aprender se assim acontecer.

Incluir é uma ideia que ultrapassa a lógica de agregar, e por lei a inclusão deve ser realizada em todas as escolas, no entanto a tão falada inclusão em muitas escolas é apenas uma ideia obrigatória por lei, a prática dita inclusiva se torna agregativa por inúmeros fatores

[...] existência de uma política fragmentada, desarticulada, descontínua e compartimentada, que vem prevalecendo no país, tem contribuído para a prevalência das atuais taxas de analfabetismo, evasão e repetência, baixa qualidade do ensino, exclusão dos que não aprendem no mesmo ritmo e da mesma maneira como os outros (FERREIRA, 2007, p.549).

A forma como a criança com deficiência é vista pelo educador em muitos casos determina seu desenvolvimento social e o que essa criança pode aprender. O professor deve atuar como mediador de conhecimento, não limitando o processo de aprendizagem a qualquer criança. “O que de fato torna uma pessoa deficiente é a falta de oportunidade em garantir condições iguais para que ele possa seguir seu objetivo” (SILVA, 2015 p.28 - 29).

No que se refere às crianças cegas especificamente [...] será fundamental aos professores aprender o Sistema Braille, incentivar o aprendizado e uso dos recursos (prancha, reglete, punção e máquina), sua leitura e escrita em sala de aula é, caso não domine o sistema, planejar as aulas com

antecedência para encaminhar os conteúdos e atividades ao atendimento educacional especializado de forma a permitir a transcrição para o Braille antes de ocorrer à aula. (CAMPOS, 2002, p.33).

E ainda se não for possível no momento o uso do Braille, utilizar outras técnicas que auxiliem no aprendizado do aluno, mas nunca deixando de incentivar o aprendizado do mesmo. Silva (2015) relata como foi o aprendizado do Braille para ela:

Conhecer o alfabeto em Braille, para mim, aquilo ali era uma coisa muito sem graça porque eu tinha saído de uma vida que antes eu escrevia, eu pintava, eu tinha e não dependia de ninguém. [...] com o passar do tempo, passei dois anos estudando com a Odete e não passei do alfabeto. Acabei saindo... [...] A partir do momento que ela me botou pra ler o Braille, juntar as letrinhas tudo bonitinho como se tivesse lendo e aprendendo a ler como nós aprendemos na alfabetização é que foi a minha aprendizagem no Braille. (p.27 e 28)

Para Campos (2002):

A aquisição da linguagem através do Braille, para além das outras tecnologias, possibilita um avanço considerável na aprendizagem uma vez que torna possível a concretização da escrita, que pode ser retomada, corrigida e reescrita, ou seja, desenvolver o processo de criação e reconhecimento de um produto concreto da criança cega. Além disso, desenvolve cognitivamente a capacidade de representação e abstração da criança e, principalmente possibilita o reconhecimento de si, pois o domínio do Braille é um marcador de identidade da pessoa cega. (p.32).

Não se deve negar a eficiência do Braille e as mudanças que ele acarreta na vida da criança cega, possibilitando à estas condições de aprendizado igual ao possibilitado às demais crianças, ainda que com recursos diferentes e isto não deve ser negado pelo professor.

CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA

A segunda categoria elegida por Silva (2015) é *Concepções de deficiência*. Nesta categoria ela relata as dificuldades em relação à capacidade associada ao deficiente. A autora destaca aqui as diferenças entre a recepção na escola pública e na privada e conta os paradigmas que teve desconstruir na escola pública. Em seus relatos conta sobre uma diretora da escola pública que faz recomendações para um professor acerca dos alunos com deficiência da sala.

Olha, você vai encontrar tantos alunos deficientes nessa sala. Mas, você não se preocupe com eles, por que eles estão lá só para pegar o diploma de nível médio, não se preocupa! Passe a prova! Se eles não responderem, não se importe. Simplesmente passe eles... (SILVA, 2015, p. 31)

A diretora possuía um estereótipo dos alunos e o passava aos demais professores este pensamento pré-concebido. Silva (2015) relata que o professor a quem a diretora passou estas recomendações teve uma atitude diferente daquela recomendada pela diretora e isto fez toda a diferença como se percebe na fala do professor

Eu vou fazer um comentário sobre vocês. Primeiro eu comecei a dar a aula para saber do que vocês são capazes ou não são! Se vocês realmente aprendem. E percebi que vocês aprendem! A diretora fez um comentário infeliz comigo dentro da sala da diretoria. Ela disse que vocês estavam aqui só por aprender e pegar o diploma e mais nada. Disse: não posso fazer isso com meus alunos simplesmente passar eles por passarem. Por que se eles tiverem o objetivo de fazer um vestibular na minha disciplina, eu quero que eles tirem nota máxima. (SILVA, 2015, p. 31)

A atitude do professor faz toda a diferença no aprendizado do aluno. Compreender que existem outras formas de ensinar e de aprender e respeitar o outro como ele é, é o primeiro passo para a garantia dos direitos de cada indivíduo.

O importante, portanto, é que o menino cego leia, que leia igual aos outros, ainda que esta função cultural se valia de um aparato psicofisiológico completamente diferente do nosso (p186), pois o aprendizado que se realiza através do aparato cultural é diferente do aprendizado que se realiza por meio do aparato psicofisiológico. (CAMPOS, 2002, p.20)

Ainda que a escola não tenha todos estes aparatos pode-se ainda usar outros métodos que garantem uma educação de qualidade para o aluno com deficiência não importando qual seja ela. “A pessoa com deficiência supera e traz para uma sala de aula o que ela sabe fazer [...] São essas também as atitudes que precisam ser incorporadas pelo professor” (SILVA, 2015, p.35). É necessário compreender que

A inclusão, [...] precisa evidenciar os problemas criados pelos processos excludentes, e não acobertá-los. Precisa desvendar processos de estigmatização, de produção de situações de deficiência, evidenciar mecanismos de produção discursiva que reforçam o preconceito e as tentativas de homogeneização dos sujeitos, definindo-os pela sua lesão. (DOS ANJOS et al, 2013, p.500).

Deste modo não delimitando o que o aluno pode ou não fazer de acordo com a dita sua deficiência, mas criando estratégias para que este desenvolva suas potencialidades assim como os demais alunos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A terceira categoria é *Práticas pedagógicas* no qual Silva (2015) expõe a falta de “princípios inclusivos no planejamento do professor para trabalhar com os alunos deficientes” (p. 24).

Ao longo desta categoria Silva (2015) relata vários acontecimentos ao longo da sua vida escolar e acadêmica que evidenciam o despreparo dos professores ao recebê-los.

Na escola [nome da escola] tive mais problemas com o professor que não tinha paciência e me colocou para fora da sala dizendo que eu estava atrapalhando a aula. Daí eu parei... Não tinha mais como estudar e a minha vida escolar parou aí, na sétima série eu não me lembro o ano, mais eu creio que eu tinha uns 13 anos e fiquei muito tempo parada. (SILVA, 2015, p.36)

Silva (2012) relata que em outros casos o professor transferia a responsabilidade para os outros alunos, deixando a cargo deles ensinar e auxiliar no aprendizado dos alunos com deficiência em sala. Silva (2012) relata ainda que em outros casos o professor questionava em sala o que fazer com os alunos com deficiência visual na turma. Em outras situações os ignorava e não adaptava nenhum material para este aluno fingindo sua inexistência em sala. (p.36).

Este tipo de prática é adotado pelo professor quando este não tem o preparo adequado para ensinar o aluno com deficiência. Não se trata aqui somente de preparo acadêmico ou profissional, trata-se também de não estar preparada para aceitar o novo, receber o diferente.

Não se trata de incluir os outros, promovendo a sua aprendizagem a partir de parâmetros adaptados da normalidade, mas de incluir-se numa relação aprendente. Há, portanto, um longo caminho a ser trilhado, e isso só pode ser feito de forma coletiva, envolvendo pesquisadores, comunidade escolar e instâncias governamentais. (DOS ANJOS et al, 2013, p.505)

Infelizmente muitos professores continuam suas atividades sem nenhuma alteração para garantir o aprendizado de todos os alunos, na ideia de que no ato de ignorar o aluno, este “desapareça”. Vale ressaltar que não se trata de uma adequação pela chegada de um aluno “especial”, mas da negação de se dispor a uma renovação diária e transformações nas metodologias para que estas compreendam as especificidades de cada aluno.

No caso da criança cega, as estratégias educacionais mais adequadas seriam aquelas que não focalizassem apenas os aspectos visuais. Há, entretanto um paradoxo-Nossa cultura escolar é basicamente baseada em procedimentos visuais – copiar a tarefa posta no quadro, ler o livro base ou outro livro indicado, escrever a ficha de identificação, assistir a um determinado filme ou observar um fenômeno na aula de física. (CAMPOS, 2002, p.31)

Faz-se necessários pensar novas estratégias de aula, pensar novos recursos, pensar nas especificidades de cada sujeito, sendo ele deficiente ou não, em algum momento será necessário repensar sua prática pedagógica, reavaliar suas formas de ensinar e compreender que em todo momento é necessário repensar e reavaliar o jeito de ensinar.

É preciso deixar de pensar a educação numa perspectiva simplista e reducionista, para compreendê-la sob uma ótica em que o acesso à instituição escolar e a permanência nela se façam dentro de condições viáveis e satisfatórias para TODO e qualquer aluno, constituindo-se em direito espontâneo e natural, uma responsabilidade social e política do Estado e de cada cidadão. (FERREIRA, 2007, p.548).

Desta forma “o ponto de partida para as mudanças socioeducativas e a efetivação das políticas públicas deve estar centrada na formação de professores para contribuir junto a este processo” (SILVA, 2015, p.40).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre as memórias de Silva (2015) e o texto de Campos (2002) dão uma clareza ao conhecimento que temos sobre educação do sujeito deficiente visual. As memórias narradas por Silva (2015) demonstram o despreparo de alguns educadores para receber alunos com deficiência, alguns ignorando a presença

desse aluno ou responsabilizando outros por atividades que deveriam ser dever do educador.

Educar é mais que transferir conhecimento, é mediar, possibilitar ao aluno novas formas de aprendizagem, e capacitar-se para trabalhar pedagogicamente com as diferenças encontradas dentro da sala de aula para que ocorra um processo de inclusão sem exclusão.

Foi possível concluir que as práticas pedagógicas devem sempre ser repensadas e reformuladas de forma que supra as necessidades de cada aluno. E embora o professor não tenha especializações em determinada área, ele sempre pode fazer algo para ajudar, para facilitar o aprendizado do aluno com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANJOS *et al.* **Práticas pedagógicas e inclusão: a sobrevivência da integração nos processos inclusivos**; *Educ. Soc., Campinas*, v. 34, n. 123, p. 495-507, abr.-jun. 2013

CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro. Elementos cognitivos e histórico-culturais para pensar a prática inclusiva da criança com deficiência visual. In. CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro (Org.) **Deficiência Visual e Inclusão Escolar: Desfazendo rótulos**. Curitiba: Editora CRV, 2016. 160 p.

FERREIRA, M. E. **O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas**; *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.3, p. 543-560, set./dez. 2007.

SILVA, Yara. **O trajeto do aluno deficiente visual até a universidade: memórias de um processo formativo**. 2015. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (curso de pedagogia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Pará.